

EXPERIÊNCIAS E MEMÓRIAS DE LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NA CONTEMPORANEIDADE

Leandra Domingues Silvério¹

Resumo: O artigo em questão, com base em pesquisa histórica, analisa condições de vida e de trabalho de assentados da reforma agrária na contemporaneidade. Memórias e experiências de homens e mulheres diversos com costumes em comum ou não são interpretadas por meio de narrativas construídas por eles no ato de lembrar-se de suas histórias e de suas lutas, trazendo à tona a complexidade de se viver no campo.

Palavras-chave: Reforma agrária; memórias; experiências; assentamento.

EXPERIENSES AND MEMORIES OF STRUGGLE FOR LAND REFORM IN CONTEMPORARY

Abstract: The article in question, based on historical research, analyzes conditions of life and work in agricultural reform in contemporary times. Memories and experiences of men and women with many customs in common or are not interpreted through narratives constructed by them in the act of remembering their stories and their struggles, revealing the complexity of living in the countryside.

Keywords: Agrarian Reform; memories; experiences; settlement.

Nas últimas décadas debates e ações políticas em prol da reforma agrária no Brasil parecem ter-se esvaziado em diferentes segmentos da sociedade. Na academia, se, por um lado, são notáveis as produções de áreas como geografia agrária e ciências sociais, de outro, ainda são pouco expressivas, por exemplo, as da área de história. Na contramão dessa tendência, tenho me dedicado à investigação histórica sobre essa temática desde os tempos da graduação, no início dos anos 2000, na busca por interpretar os significados sociais e políticos de experiências de luta de trabalhadores(as) pela democratização do acesso à terra na região do Triângulo Mineiro. Portanto, em minhas pesquisas investigo práticas sociais de homens e mulheres de diversas origens que, em busca de melhores condições de trabalho e de vida, se deslocaram de suas cidades natais.

¹ Docente do Departamento de História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM. Doutora em História Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Endereço: Av. Getúlio Guaritá, 159 - sala 331 - Centro Educacional - Abadia - Telefone: (34) 33185938 - CEP: 38025-180 - Uberaba, MG. E-mail: leandra_domingues@yahoo.com.br.

O intuito do presente artigo é apresentar parte dos resultados de minhas pesquisas, especialmente aquelas realizadas no doutorado², o qual oportunizou expandir minha reflexão sobre a concepção de história que se preocupa com a verificação da realidade expressa em muitas e diferentes dimensões do social. Constituem suas principais referências alguns autores articulados aos Estudos Culturais ingleses, entre eles Richard Hoggart, Raymond Williams, Edward Palmer Thompson, Stuart Hall e Déa Ribeiro Fenelon.³

Posteriormente à minha experiência e vivência com trabalhadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as leituras desses autores direcionaram meu interesse para a investigação e análise do processo histórico vivido por aqueles sujeitos no meio rural em uma região onde inúmeros movimentos sociais do campo surgiram e passaram a enfrentar forças do agronegócio que se expandem há décadas. Portanto, meu objetivo sempre se pautou em analisar as transformações na relação de trabalho no campo, que se vinculam também à de trabalho urbano, por meio de evidências de práticas culturais de viver e de trabalhar de diferentes sujeitos que se articulam no social reinventando seu modo de viver e de trabalhar. Compreendendo que a prática social revela significados e sentidos que se formam na inter-relação de pontos de vista sob a correlação de forças políticas, econômicas e sócio-históricas, procurei desvendar as interpretações e as versões construídas sobre a realidade vivida, seja no campo ou na cidade, na disputa por hegemonia e em reação a ela (MACIEL, 2006; FENELON, 2004).

As experiências de lutas sociais narradas pelos trabalhadores Sem Terra que fizeram parte das pesquisas expressam sentimentos, necessidades, pensamentos políticos, expectativas e perspectivas de presente e futuro. Os trabalhadores entrevistados construíram narrativas e, nesse ato, atribuíram significados às suas práticas, que são impregnadas de conflitos, resistências, contradições, permeadas de ideias e de posicionamentos políticos, sobretudo os do movimento social ao qual se integraram, diante de temáticas importantes da contemporaneidade, como, por exemplo, a reforma agrária, a distribuição de renda, a igualdade entre homens e mulheres e o direito de todos à educação. Dessa forma, as narrativas orais foram fontes primordiais

² Parte dos resultados da pesquisa do doutorado, concluído em 2012 com a tese Reforma agrária no Triângulo Mineiro: memórias, histórias e lutas de assentados dos Projetos de Assentamento Emiliano Zapata e 21 de Abril (1980-2012), foi apresentada durante o XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social, Natal – RN, 22 a 26 de julho de 2013. O trabalho completo da comunicação foi publicado nos Anais do evento.

³ Segundo as obras dos respectivos autores relacionadas nas referências bibliográficas.

para a interpretação histórica sobre o modo como os trabalhadores entendiam o mundo em que viviam, as problemáticas que enfrentaram e para interpretar como eles foram adquirindo consciência de si mesmos nas vivências e experiências (KHOURY, 2001) cotidianas da luta pela terra, e como isso estabelece o marco de memórias da luta pela reforma agrária na contemporaneidade.

Ao analisar questões do universo da reforma agrária por meio de leituras referenciadas no materialismo histórico-cultural, lido com conceitos dinâmicos para a compreensão das relações entre o presente e o passado e a projeção de futuro, entre teoria e realidade, e assim problematizo noções de luta de classes. Sobretudo, ao tratar da luta de classes, considero a cultura como aquilo que evidencia os ‘modos de vida global’ (HOGGART, 1973) da classe trabalhadora e da classe dominante, e que na cultura se define o campo de forças, sendo fundamentalmente o espaço privilegiado para depreender as resistências. Raymond Williams esclarece:

Quando percebemos de súbito que os conceitos mais básicos – os conceitos, como se diz, dos quais partimos – não são conceitos, mas problemas, e não problemas analíticos, mas movimentos históricos ainda não definidos, não há sentido em se dar ouvidos aos seus apelos ou seus entrechoques ressonantes. Resta-nos apenas, se o pudermos, recuperar a substância de que suas formas foram separadas. (WILLIAMS, 1979: 17)

As pesquisas se nortearam pelas noções de Edward Palmer Thompson de que conceitos são movimentos históricos e na noção de experiência social como um conceito articulador que não separa a vida material da cultura e da consciência, conforme sua crítica sobre a noção de totalidade, até então dividida em estrutura e superestrutura, e de seu questionamento sobre a noção de estrutura, que a transformou em processo e reintroduziu assim os sujeitos na história como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos. De acordo com E. P. Thompson,

[...] as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem alguns praticantes teóricos) como instinto proletário etc. Elas também experimentam sua experiência com sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. (THOMPSON, 1981: 181)

Tomo essas acepções para a compreensão e interpretação daquilo que é narrado pelos trabalhadores e considero como os sentimentos foram expressos de diferentes

formas, tanto por meio de palavras ditas com mais ou menos emoção, como por expressões corporais e faciais, por silêncios, pausas, lembranças que desejaram registrar ou apagar, e como isso pôde revelar seus modos de viver, de pensar e de agir. Levo em conta o modo como eles enunciaram as maneiras como organizaram cotidianamente suas vidas embaixo de lonas pretas, ao viverem em acampamentos montados nas terras que ocuparam, ou mesmo nos assentamentos, onde os sujeitos tendem a continuar a viver em condições precárias e continuam a lutar pelo direito ao trabalho, por uma vida familiar digna e por benefícios advindos de políticas creditícias para os assentados da reforma agrária. Sobretudo, pude investigar tal temática mediada pela relação entre história(s) e memória(s), o que possibilitou conhecer os pontos de vista dos assentados e os significados do projeto para o meio rural almejado e defendido por aqueles reconhecidos como Sem Terra.

No que se refere à expressão ‘Sem Terra’ e aos seus significados, é importante observar que ela se transformou em um nome próprio (CARDART, 2004) e está presente no dia a dia dos trabalhadores-militantes do MST, por exemplo, nas bandeiras estendidas nos cômodos de suas moradias, nas salas de reuniões e estudos, nos congressos, nos encontros, ou mesmo nas entradas das fazendas ocupadas e/ou dos assentamentos. A expressão Sem Terra, quando proferida por eles, traz consigo o sentimento de pertencimento (ARANTES, 2000) a uma comunidade, a um lugar social e político. As diversas histórias, memórias, experiências e culturas inventadas e reinventadas em muitos anos de luta no engajamento em um movimento social como o MST sinalizam para os sentidos do que cada um dos trabalhadores elabora como o sentimento do que é ser um Sem Terra, ou seja, constituindo o marco de memórias. Roseli Salete Caldart aponta o seguinte:

O MST nunca utilizou em seu nome nem o hífen, nem o *s*, o que historicamente acabou produzindo um nome próprio, *Sem Terra*, que é também sinal de uma identidade construída com autonomia. O uso social do nome já alterou a norma referente à flexão de número, sendo hoje já consagrada a expressão *os sem-terra* [...]. Quanto ao hífen, fica como distintivo da relação entre esta identidade coletiva de trabalhadores e trabalhadoras da terra e o Movimento que a transformou em nome próprio, e a projeta para além de si mesma. (CALDART, 2004: 20)

Explorar os sentidos históricos dos tempos vividos em acampamento e assentamento pressupondo que nesses territórios os trabalhadores constroem cotidianamente uma vida em comunidade – a qual se realimenta da noção de militância

política de pessoas dispostas a enfrentar o poder constituído de latifundiários, grandes empresários, conglomerados econômicos e do Estado brasileiro – revelou diversas práticas sociais que foram se transformando ao longo dos anos, e que vêm à tona por meio de memórias como as de Terezinha Gomes Nunes, assentada no Projeto de Assentamento Emiliano Zapata do MST, localizado no município de Uberlândia:

O MST foi muito bom também pra gente, que eu viajei, fiquei conhecendo lugares que eu não conhecia, São Paulo, Belo Horizonte, e até perto de Governador Valadares eu fiquei conhecendo. Então eu tive muita ajuda, nessa parte eu acho muito bom, eu gostei muito do MST, do Movimento naquela época. E foi uma época inesquecível que lembra dos companheiros [...] e quando se encontra [...], é, foi muito bom, foi uma parte da vida da gente que compensou, valeu a pena vim, a ter se tornado aqui, vim morar na fazenda e se tornar um militante [...] eu aprendi no Movimento, foi muito bom! Então fiquei muito feliz [...].⁴

Essa fala de Terezinha foi realizada quando já se encontrava na condição de assentada no ano 2011 e aponta para experiências de mais de uma década, pois ela e sua família aderiram à luta pela terra engajadas no MST no final dos anos 1990. Na experiência vivida, essa trabalhadora adquiriu consciência de si e do que é capaz. Sobretudo, a sua fala traz evidências de como ela tomou consciência política da importância de estar assentada no lote de terra que foi conquistado com a superação de inúmeros desafios postos a ela e aos seus pares, devido ao fato de questionar a ordem, a distribuição fundiária e os poderes constituídos dos representantes do agronegócio no Triângulo Mineiro e, de forma geral, no Brasil.

Entrevistei trabalhadores que compõem dois movimentos sociais distintos, a saber: ligado ao MST, um grupo do então assentamento Emiliano Zapata, que iniciou suas lutas em meados de 1999 e passou por diversos despejos judiciais das terras que ocupou até conquistar o assentamento em 2004 com a desapropriação para fins de reforma agrária de três fazendas no município de Uberlândia, nas quais se distribuíram as famílias. O outro grupo é composto por moradores do então assentamento denominado 21 de Abril – localizado no município de Veríssimo –, que iniciou sua luta pela terra em 2001, a princípio sob a organização do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), posteriormente se distanciou desse Movimento e segue sem atuação ou responsabilidade de um movimento social, tendo também passado por despejos e novas ocupações de terra. O grupo 21 de Abril reivindicou, do Instituto Nacional de

⁴ Terezinha Gomes Nunes, entrevista concedida à autora em 2011.

Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o assentamento, que ocorreu, diferentemente do Emiliano Zapata, por meio do decreto 433/92, que autoriza o INCRA a adquirir terra por meio da compra e venda para fins de reforma agrária.

A partir dessa conjuntura, os desafios continuaram, porém com outras questões de ordem prática do dia a dia de um assentado da reforma agrária. O assentamento exigiu que as famílias se reorganizassem para realizar um sonho que é o de ter um pedaço de terra onde apostam que obterão o sustento da família. A distribuição e a demarcação de cada lote significam a organização da nova vida no coletivo. Sobre esse aspecto enfatizo neste artigo a experiência do MST, ou seja, tanto os militantes, quanto as coordenações e as lideranças, por exemplo, deixaram a cargo das famílias a escolha de quais entre elas ficariam próximas uma das outras e sob qual modalidade de organização, apesar de orientarem para que fosse de forma nuclear e/ou coletiva. Portanto, o MST entendeu que isso era uma decisão dos trabalhadores, considerando seus sentimentos e modos de convívio, bem como acreditou que, quanto mais próximos os lotes, maior seria a facilidade de convivência e encaminhamento de projetos, decisões e reuniões entre os trabalhadores.

Para João Moura dos Santos, assentado do Projeto de Assentamento (PA)⁵ Emiliano Zapata, a organização de núcleo entre as famílias, e por afinidade entre elas, foi e é importante na medida em que

[...] tem muita discussão dentro desses grupos, por exemplo, quando nós reunimos esses grupos, nós vamos [...] nós batemos em cima disso aí [...] colocamos propostas [...] vai ouvindo as pessoas, as propostas das pessoas e vai colocando e a gente vai estudando um meio até achar uma forma melhor.⁶

Nesse trecho de sua narrativa, João Moura se referia ao modo de organização social que foi definido e que, por exemplo, encaminhava melhor as decisões políticas, após a conquista do assentamento. Juarez Moura dos Santos, filho de João Moura, procurou explicar as primeiras ações dos trabalhadores quando chegaram a suas terras fazendo apontamentos sobre a forma de se organizarem através de núcleos dentro do assentamento:

[...] a primeira coisa, quando a gente chega na fazenda, é andar, tem uns que anda pra cima e pra baixo e já tem noção, já tinha o caseiro que [ali] já estava, então, [ele] já tinha noção. [...] Desenhou-se o

⁵ É dessa forma que o INCRA os define e todo PA passa por etapas de instalação, até a sua emancipação.

⁶ João Moura dos Santos, assentado no Emiliano Zapata – MST. Entrevista concedida à autora em março de 2005.

mapa sobre a visão do assentado, do povo que estava lá naquele local. Com esse mapa, com essa imaginação do mapa e do que que era, aí começou-se a parcelar a fazenda, aonde que podia ficar a reserva, aonde se podia criar os lotes, aonde era terra melhor e aonde era as terras mais ruim. Aí, criando esse mapa, a gente, as famílias passaram para um debate, criou o que era predeterminado pelo INCRA, então, eram as 24 [famílias] nessa época, eram 24 lotes [...] jogou com esses 24 lotes, e a fazenda, pela geografia dela, ela tem um córrego no meio, depois tem mais dois córrego, então, nós dividimos em 4 partes: o Panga e mais dois corguinhos que desce pro Panga. Então, acabou surgindo 4 partes certinhas.⁷ Essas 4 partes, como nós já tínhamos uma discussão, então, nesse momento, como já tinha os núcleos de base, aí, rediscutindo os núcleos de base, e criou-se os núcleos do assentamento pela afinidade [...] os núcleos que já tinha lá no tempo de acampamento, mas aí rediscuti e recriei eles pra assim colocar as pessoas mais próximas, parentes, né, ou compadre, comadre, essas coisas todas pra agradar todo mundo nos núcleos. Aí se formou o núcleo de nove, um de oito e um de sete [...] Terra e Vida [com] sete [famílias], Esperança, nove [famílias] e Santa Luzia, oito [famílias].⁸

Importante observar os apontamentos de Juarez nesse trecho de sua fala, ou seja, de como os trabalhadores, diante das predeterminações normativas e técnicas do INCRA sobre a divisão e o mapeamento do assentamento, recuperam seus pontos de vista, seus costumes, seus saberes sobre a terra, talvez nem tanto com treinamentos técnico-científicos, mas muito mais pelos valores e hábitos tradicionais apreendidos com seus antepassados e/ou com a vivência e a prática do dia a dia na roça. E mediados por esses valores procuraram dialogar com o INCRA para fazer do novo território um espaço social em que pudessem se reconhecer como trabalhadores do campo e da comunidade Sem Terra.

A prática de trabalhadores Sem Terra organizarem os núcleos de afinidades ou grupo de famílias acampadas e assentadas se torna importante para eles na medida em que se descentralizam poder, funções e trabalho em prol do coletivo dentro do território sociopolítico criado por eles. Flaviana Dias, esposa de Juarez Moura dos Santos, enfatizou que, na recriação dos núcleos de afinidade dentro do assentamento Emiliano Zapata, os trabalhadores preocuparam-se com diferentes aspectos, por isso tentaram

[...] colocar também o número de famílias [24 beneficiárias] por região. Foi o caso do núcleo 'Esperança', ficava muito longe do núcleo de cá [Terra Vida] e do núcleo 'Santa Luzia', que era o último

⁷ Quatro partes, duas das quais ficaram próximas e compuseram um núcleo, por isso o assentamento tem três núcleos de afinidades, mesmo tendo sido dividido em quatro partes.

⁸ Juarez Moura dos Santos, entrevista concedida à autora em 2012.

de lá, então aumentou o núcleo, aumentou o número de famílias dentro do núcleo que estavam mais próximas.⁹

A questão de organização de acampamento e/ou assentamento via a constituição de núcleos de afinidade (pode também ser dito núcleo de base) está fortemente vinculada à formação política adquirida pelos trabalhadores dentro da dinâmica social entendida como ideal pelo MST, bem como por outros movimentos sociais. Aqui vale observar que esses tipos de escolha podem se referenciar historicamente no modo de atuação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) de igrejas próximas aos pobres, que, por exemplo, na década de 1970 procuravam organizá-los em prol de suas reivindicações por melhores condições de trabalho, moradia, entre outros, o que influenciou fortemente o MST em sua formação no final daquela década¹⁰ e deixou seu legado para o presente.

Juarez Moura dos Santos, ao lembrar e registrar algumas experiências, referiu-se ao aprendizado adquirido na dinâmica social forjada pelo MST em seus acampamentos e assentamentos, sobretudo na forma como se organizam socialmente:

Pesquisadora: De onde veio isso, pra organizar o assentamento dessa forma?

Juarez: A gente já veio [com isso em mente], porque a gente foi muito calejado no processo de acampamento, então, foram sete anos de luta e acampamento [...] isso acabou fortalecendo muito a formação de grupos, ainda mais nos últimos dois anos, que estava muito naquela questão de pré-assentados, da expectativa real de ser assentado. Então, foi se consolidando no sentido de materializar o que se tinha feito lá atrás, então, acabou que praticamente dois anos [no acampamento] ficávamos discutindo assentamento, no tempo de acampamento houve muito debate de assentamento.

Pesquisadora: E quem faz o debate ou o promove?

Juarez: O MST, pelas suas lideranças e pelas suas próprias lideranças que estavam dentro do acampamento, então, isso puxava sempre o debate, e teve um momento que o Movimento dos Sem Terra estava no processo muito de formação e muito preocupado com os assentamentos, então, a gente pegou todo esse debate, que era o novo modelo de assentamento, [...] a gente debateu ele, imaginando o que era possível fazer na região, o que podia ser feito no assentamento, como se criava um assentamento modelo. Nós num podemos nos queixar, houve muito debate, muita preparação, às vezes isso criou até um pouquinho de estresse pela demora [da efetivação do

⁹ Flaviana Dias, 28 anos de idade na época na entrevista (2012), natural de São Simão – GO, entrou para o MST em 2001 quando, junto com o pai, acampou no acampamento Canudos do MST no município de Santa Vitória (Triângulo Mineiro). É assentada no Emiliano Zapata e esposa do Juarez Moura dos Santos. Entrevista concedida à autora em dezembro de 2011.

¹⁰ Ver: (STEDILE; FERNANDES, 1999).

assentamento], a gente ficou com muito debate, muita proposta e as famílias com muita expectativa de ser assentada realmente e a gente não conseguia materializar os assentamentos. Desde lá da FERUB [Fundação Educacional Rural de Uberlândia— área da prefeitura ocupada politicamente como forma de pressionar o assentamento das famílias] a gente vinha discutindo, criando, a gente criou [imaginou] assentamento até em fazenda que a gente não ganhou, que era a Estivinha, a Paciência [fazendas denunciadas e indicadas por esse grupo para desapropriações para fins de reforma agrária] [...].¹¹

As relações sociais de trabalho puderam ser analisadas por diferentes questões emergidas das narrativas desses Sem Terra, como a de Juarez M. Santos. Destaco aqui as diretrizes políticas recebidas do Movimento, ou como alguns trabalhadores mencionam a orientação de que eles procurassem modos de organização coletiva, ou, como alguns disseram, formassem equipes de trabalho. O sentido disso é abranger a possibilidade de se realimentar cotidianamente o sentimento de cooperação e afinidades entre os assentados e alargar a noção sobre o trabalho. Em meados dos anos 2000 o MST investiu excessivamente junto aos trabalhadores da base do Movimento no que chamava de modelo de assentamento, organizaram eventos, cursos, encontros, toda a parte de formação política para preparação do futuro assentado no gerenciamento dos lotes e do assentamento. Sobretudo, estimulou debates sobre cooperação (MST, 2001), com o objetivo de que todo assentamento do MST se tornasse um exemplo de que vale a pena investir na reforma agrária, que a sociedade em geral olhasse para os assentamentos e reconhecesse a importância da descentralização da posse da terra no Brasil. Contudo, diante o que se conseguiu na prática das famílias Sem Terra no Triângulo Mineiro, uma das lideranças do MST apontou para os desafios para se concretizar o que o movimento social almeja como ideal:

[...] Pretende-se que se organize não só nos núcleos, mas com tarefas que são inerentes à preservação da vida, formando equipe que cuide da educação, gênero, saúde, com juventude, produção, comercialização, equipe de trabalho. Acaba que, quando a comunidade é muito pequena [...], toda tarefa de representação política, comercial coloca na Associação [dos Assentados], aí resolve os problemas. Aqui no Triângulo [Mineiro], como as comunidades são pequenas, acaba concentrando essas tarefas na coordenação ou diretoria da Associação. É um problema pra ser vencido um dia.¹²

¹¹ Juarez Moura dos Santos, entrevista concedida à autora em fevereiro de 2012.

¹² Aguinaldo da Silva Batista, assentado no assentamento Olhos d'água em Sacramento, atua na direção do MST na regional do Triângulo Mineiro. Está no movimento desde 1998, ajudou a organizar e

É possível observar nessa narrativa a interpretação de que a escolha por parte dos trabalhadores do PA Emiliano Zapata pela Associação de Assentados como lugar de resolução de demandas sociais e políticas, sob o ponto de vista de alguns militantes do MST, não é o ideal que conduzirá à prática de cooperação e talvez, inclusive, limite a união entre os assentados. Aqui há apontamentos quicá paradoxais da luta pelo assentamento, ou seja, entre o ideal do movimento social e o que na realidade os trabalhadores constroem. Foi possível observar que é por meio da Associação de Assentados que os do Emiliano Zapata acabaram por se relacionar com as instâncias institucionais do Estado e da sociedade, sendo ela o mecanismo que viabilizou o gerenciamento econômico do assentamento e que o representa juridicamente. Para a direção do MST, há problema em se restringir à forma de organização Associação se não existir a preocupação na consolidação de equipes de trabalhos ou setores, porque, segundo Aguinaldo Batista,

[...] [com as equipes e setores] se funciona de forma orgânica, criando forma mais participativa, mais democrática, favorece a compreensão da luta de classe e passa a compreender a disputa de território que se encontram [os assentados]. Mas não conseguiu [seja o MST mais amplo ou os trabalhadores do grupo Emiliano Zapata] desenvolver uma cultura que as pessoas entendam que isso de fato é importante.¹³

Norteadas pelos pontos de vista desse trabalhador, algumas indagações: qual o motivo e importância dessa organicidade para a luta pela reforma agrária? Quais seriam os ganhos reais na transformação de conduta do(a) trabalhador(a) diante da sociedade pautada nos princípios capitalistas de produção e reprodução econômica e social?

Ao entrecruzar as narrativas de Aguinaldo e Teresinha, destaca-se algo significativo: Teresinha expressa a transformação pela qual ela passou, que é ter adquirido a consciência de si mesma e dos outros nas experiências das lutas de classes compartilhadas e, sob essa perspectiva, a organicidade analisada e almejada pelo MST, como explicou Aguinaldo, talvez possa ganhar dimensões importantes na luta pela reforma agrária. Quer dizer, a interpretação dos entrevistados aponta para a questão de que, ao se fortalecer equipes, grupos, coletivos de pessoas que labutam, refletem e agem de forma cooperada na sociedade em que vivem – na qual a cada dia se ressalta o

coordenar as famílias do grupo do Emiliano Zapata. Entrevista concedida à autora em dezembro de 2011.

¹³ Idem.

individualismo, o consumismo global e se busca homogeneizar elementos culturais peculiares que traduzem memórias, histórias e linguagens diferentes e plurais –, surge a possibilidade de facilitar rupturas com esse tipo de sociedade e apontar outros modos de organizar a vida.

Portanto, para pensar o paradoxo mencionado da não concretização das equipes de trabalho no PA Emiliano Zapata, é significativa a seguinte fala:

O ambiente externo ao assentamento. Primeiro, qualquer forma de Estado se relaciona direto com a Associação, todas as relações do mundo externo se dá com quem dirige o assentamento, [com] a direção daquele lugar. [Isso] acaba estimulando a vaidade política [e] pessoal. E a pessoa, se não tiver um compromisso de divisão de tarefas, de envolvimento para a participação, esse ambiente está comprometido.

Pesquisadora: Isso acontece ou aconteceu no assentamento Emiliano Zapata?

Aguinaldo: Acontece numa medida menor, talvez porque várias de nossas lideranças com pouco mais de compreensão estão ali assentadas [e] minimamente devem conversar antes de ir pra uma reunião geral, mas não é muito daquilo que o MST desejava como uma tarefa política.¹⁴

Ao cotejar as narrativas dos sujeitos do PA Emiliano Zapata, foi possível interpretar que o investimento feito pelo MST nos trabalhadores em seus acampamentos e assentamentos, como indicado no trecho acima, é resultado em parte do que os militantes do MST entendem por pedagogia do Movimento para as lutas. Segundo os militantes, essa pedagogia cria um assentamento diferenciado. No tempo desta pesquisa, tornou-se notória a peculiaridade do Emiliano Zapata de ser constituído por “várias lideranças com pouco mais de compreensão”, e que lutavam e lutam para manter a pedagogia do MST, sendo indicativo da razão de não haver nele, naquele tempo, desistências, e somente um reduzido número de venda de lotes.¹⁵ Para Roseli Salete Caldart,

[...] olhar para a formação dos sem-terra é enxergar o MST também com sujeito pedagógico, ou seja, como uma coletividade em movimento, que é educativa e que atua intencionalmente no processo de formação das pessoas que a constituem. [...] Essa intencionalidade não está primeiro no campo da educação, mas sim no próprio caráter do MST, produzido em sua trajetória histórica de participação na luta

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Vale mencionar que até o momento da pesquisa registrou-se somente uma venda de lote desde o início desse assentamento, o que, diante dos desafios da conjuntura da reforma agrária, é emblemático.

de classes em nosso país. É através de seus objetivos, princípios, valores e jeito de ser que o Movimento ‘intencionaliza’ suas práticas educativas, ao mesmo tempo que, aos poucos, também começa a refletir sobre elas, à medida que se dá conta da sua tarefa histórica: além de produzir alimentos em terras antes aprisionadas pelo latifúndio, também deve ajudar a produzir seres humanos ou, pelo menos, ajudar a resgatar a humanidade em quem já a imaginava quase perdida. (CALDART, 2004: 315-316)

É importante analisar como os assentados do MST, na época da pesquisa, entendiam a criação da Associação e o que para eles ela efetivamente significava: “[...] pra nós a Associação é simplesmente um papel”¹⁶. Portanto, para assentados como Juarez Moura dos Santos e Flaviana Dias, ela era apenas uma exigência do INCRA de funcionalidade e encaminhamento econômico e jurídico do assentamento, como se apreende da fala de Juarez:

Juarez: A Associação foi fundada com o intuito mais econômico, ela demorou, até assim foi lá pra 2004, 2005, 2006, demorou bastante pra se criar. Ela [é] muito mais como representação jurídica pra gente fazer lá os projetos de lá do INCRA e pra outros órgãos de projeto de produção, foi muito mais pensada nisso.

Pesquisadora: E o INCRA exigia a sua criação?

Juarez: Hoje não, mas no passado exigiu, no passado era obrigado a ter a Associação [...].

Pesquisadora: E como vocês conversavam no início com o INCRA sem a Associação?

Juarez: Via coordenação local, que é as coordenações dos núcleos [de afinidade e/ou base] que formou a coordenação do assentamento.¹⁷

O processo de criação da Associação trouxe incômodo, chateação e indignação em alguns assentados, de acordo com Flaviana Dias, porque

O INCRA num respeitava também essa coisa de Movimento [MST], ele queria chegar no assentamento, falar assim: eu só converso com o presidente da Associação, eu só respondo por essa pessoa. Então, assim, desrespeitando totalmente o que a gente desde lá do começo, que a gente leva isso pra vida toda, né. Não! Aqui! É todo mundo e todo mundo tem voz ativa, num tem um melhor que o outro, num tem um pra falar por todos. [...] O técnico do INCRA chegou lá, né, e disse: eu quero que sente aqui do meu lado é o presidente da Associação, o tesoureiro e o secretário, por favor, aqui na frente! A comunidade num deixou não! Não! Aqui você quer ficar aí no seu lugar você fica, mas aqui nós vamos ficar todo mundo junto e misturado. Entendeu? Lá [assentamento] funciona desse jeito. Pra

¹⁶ Flaviana Dias. Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2012.

¹⁷ Juarez Moura dos Santos, entrevista concedida à autora em 2012.

num criar isso: Ah! Eu sou presidente, está lá seja qual pessoa que for.¹⁸

As histórias e memórias dos trabalhadores na construção da luta pela terra com a pedagogia do MST estão marcadas pela busca de liberdade e autonomia, o que significa a possibilidade de reconstrução da autoestima perdida, da autoconfiança do trabalhador na condução de sua própria vida, sobretudo a econômica, e de se sentir pertencendo à comunidade global do MST, com valores e costumes em comum na organização e execução das lutas. O comportamento do INCRA, mais à vontade ao lidar com a Associação, que lhe possibilita talvez maior controle político e social sobre os assentados, gerou o sentimento de rejeição à Associação por parte de alguns desses. Para eles a Associação serve, ou pelo menos deveria servir, somente para

[...] captar recurso, que a gente recebeu pra captar recurso pelo programa 'Minas Sem Fome', onde a comunidade tinha demanda de um tanque de leite e nós reivindicamos isso. Aí, pra receber esse tanque de leite, tinha [...] aí ela [a Associação do Assentamento] foi ganhando corpo, né? E hoje nós temos um tanque de leite [...].¹⁹

Bem vista ou não pela direção do MST ou pelos assentados, o que se constatou é que na prática os assentados do Emiliano Zapata trataram logo de imprimir no gerenciamento da Associação suas concepções e modo de viver a vida em coletivo e com a pedagogia do MST:

Juarez: Todas as eleições foram indicações dos [núcleos] do consenso mais democrático, igual na primeira eleição, nós conseguimos distribuir tudo certinho dentro dos núcleos, a gente conseguiu tudo divididinho lá nos núcleos, a primeira foi o [Messias] [...] na segunda eu até assumi pra tentar manter a mesma ordem, pra manter a ordem. A ideia era a seguinte: quem determinava era o povo em assembleia e pelos núcleos de base muitas votações nós votou pelos núcleos de base, e, agora, já na terceira eleição, aí sim, mesmo tendo um pouco de consenso de indicação, a gente lá nem num costume de fazer assembleia pra ficar discutindo [dentro da] Associação, ora vota pra isso, ora vota pra aquilo, o cara fica fazendo lá os relatos dele lá a gente num tem é [esse costume] [...] um trem que num funciona, ela [a Associação] num tem a sua função jurídica ativa, [a Associação] pega um tanque ali, um projetinho daqui. Então é muito pouco, num tem, num entra dinheiro, num sai dinheiro, então, ela [Associação] num tem nem que prestar conta.

Pesquisadora: E vocês consideram [que] isso é o vínculo com a história do MST? De organicidade?

¹⁸ Flaviana Dias, entrevista concedida à autora em fevereiro de 2012.

¹⁹ Idem.

Juarez: Ah! É! Com certeza! É esse princípio do centralismo democrático, tem que centralizar e, ao mesmo tempo, descentralizar como um todo. Então, a gente conseguiu fazer isso muito tempo e, talvez, aonde que houve uma vantagem e houve desvantagem. Então, o pessoal lá, às vezes, armou um cenário: a gente num consegue identificar as lideranças lá dentro. Por isso que muita gente acusa nós de lúmpen mesmo, de ter parado, de estar estagnado [porque num consegue identificar as lideranças].

Pesquisadora: Quem [acusa]?

Juarez: O pessoal do próprio MST hoje [...] mais regional, que tem nós como os parasitas que parou de fato.²⁰

Sugere-se nesse trecho certo desconforto e tensão devido às cobranças e possíveis acusações externas sobre os assentados quanto a terem abandonado os ideais de luta do MST. Bem como essa narrativa dialoga com a de Aguinaldo da Silva Batista, quando esse mencionou o papel e relevância que os assentados acabaram por depositar atualmente na Associação e como isso tem levado à diminuição da militância. A fala de Juarez Moura dos Santos pode dizer algo sobre a necessidade que alguns afirmaram de se continuar o processo formativo e educativo dos militantes da reforma agrária no que se refere às questões políticas e ideológicas do Movimento após a conquista da terra. Juarez procura explicar o suposto distanciamento do seu grupo com o MST: a difícil identificação dos líderes do Movimento dentro do assentamento, pois, como disse sua esposa, “andam e estão juntos e misturados” e assim se tornaram discretos a ponto de o próprio Movimento não os identificar. Sob o ponto de vista do processo histórico das relações sociais, nota-se certa dificuldade, tanto por parte do Movimento, como dos trabalhadores do assentamento, em reconhecer os sentidos e significados da militância política orgânica depois da terra conquistada, por exemplo, de entenderem em que proporção as práticas das lutas continuam.

Maria Eleusa Mota, assentada no PA Emiliano Zapata, graduada em Licenciatura do Campo, em 2010 defendeu seu trabalho de conclusão de curso em Pedagogia da Terra, realizado via convênio do MST com a Universidade Federal de Minas Gerais. Mota estudou a desistência dos militantes do MST da luta, focando seu estudo no Emiliano Zapata, e assim a analisa:

É possível que a desistência possa, em parte, estar vinculada à debilidade na formação desses militantes. Aliás, nos documentos do Movimento, na década de 1990, é possível observar que existe clareza

²⁰ Juarez Moura dos Santos, entrevista concedida à autora em fevereiro de 2012.

sobre a precariedade da formação político-ideológica, seja dos dirigentes, seja dos demais. Em vários documentos a debilidade é explicada pela precariedade da organização dos núcleos de base, também, da militância. [...] Embora tenhamos detectado um número elevado de desistências, os líderes do Movimento Sem Terra consideram que o nível de consciência, como fruto das experiências de lutas e organização dos sem-terra, é bastante elevado. É possível concluir, a partir das entrevistas, que, mesmo entre aqueles que desistiram da militância, existe uma consciência maior, em função da própria luta, do enfrentamento que essas pessoas passaram. [...] A maioria dos entrevistados manifesta clareza ao analisar a conjuntura do país, que a caracterizam como neoliberal e como parte de uma política entreguista do país. Ao serem indagados sobre seu afastamento do Movimento, muitos entrevistados ficaram constrangidos, o que reflete as dificuldades da vida nos assentamentos e a falta de perspectivas, contribuindo para a não persistência na luta. No entanto, de forma direta ou não, manifestaram que o processo de formação pelo qual passaram deixou grandes marcas, relacionados com seu modo de pensar, a suas noções e concepções, capacidade de análise e grau de formação e informação. (MOTA, 2010: 84)

Essa análise de Mota dialoga com as narrativas dos assentados como, por exemplo, Juarez M. dos Santos, quando esse pondera:

A gente num é, a gente também num pode ser incoerente também e falar que a gente representa o MST enquanto assentamento, a gente tem os traços do MST, tem toda essa questão da organização do MST. Essas famílias que estão lá hoje [assentamento Emiliano Zapata] gosta de ter essa conectividade [com o MST]. [...] E isso, às vezes, isso até silencia muito, porque a gente num tem aquela liderança que chega, né, muito populista, que chega lá e [diz] me dá dez real pra isso, me dá dez real praquilo que eu vou falar em nome disso aqui, eu vou falar em nome daquilo, não tem isso! [estão] focados muito nesse negócio da produção, das cobranças [dos poderes públicos] e de articulação. Então vai lá, vai numa reunião, vai num INCRA tal, vai num, cada um procurando seu espaço e muito centralizado na produção. [...] É um pessoal muito produtivo que se voltou muito a trabalhar, talvez por isso que tivemos menos problemas na questão da desistência. Então é um pessoal que se concentrou muito na questão do assentamento, se concentra e mesmo [...] o pessoal consegue trabalhar fora, que a região até razoavelmente boa de serviço, então, eu falo que é um assentamento muito produtivo.²¹

Juarez, ao se referir a como entendia a pouca desistência em seu assentamento, apontou para perspectivas e práticas que os colocavam em movimento, quer dizer, prevalecia o desejo de fazer o assentamento produzir, ou melhor, os assentados procuravam formas para se perceber a cada dia como capazes de melhorar a renda

²¹ Juarez Moura dos Santos. Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2012.

monetária por meio do próprio trabalho no assentamento e com uma prática militante e política peculiar. Ao tempo em que Juarez lançava críticas à prática de outros, segundo ele prática populista e que mercantilizava o dia a dia do assentado, talvez as fundamentasse em conhecimento sobre a prática de lideranças de outros conhecidos Movimentos da região. Assim, procurava se distanciar de outros que pudessem conceber as questões e as demandas do movimento social do campo como forma de angariar fundos. Práticas essas, por vezes, propaladas pelos meios de comunicação dominantes como forma de desqualificar os movimentos dos Sem Terra, generalizando-as na tentativa de deslegitimá-los perante a sociedade, associando-os à corrupção.

Disparidades entre as realidades de assentamentos

A pesquisa sobre os dois assentamentos revelou a existência de discrepâncias entre eles sob diferentes aspectos, sejam eles de concepções de organização social ou de acesso aos programas governamentais para o início da formação de um assentamento. O mais significativo entre esses aspectos eram as reais possibilidades de produção dentro de cada um dos assentamentos.

Nesse sentido, os assentados dos dois PAs davam respostas aos desafios de fazerem seus lotes produzir, o que se configurava de forma díspar entre os dois assentamentos. Dentre as disparidades considero relevante destacar o processo de acesso ao sistema de plantio conhecido como Mandalla por parte dos assentados do PA Emiliano Zapata, e que em nenhum momento foi mencionado pelos assentados do PA 21 de Abril e, quando perguntei se o conheciam ou se tinham algum projeto para a implantação daquele sistema no PA, indicaram não conhecê-lo; já para o Emiliano Zapata significava um modo entre outros de manter vivas as expectativas de produção e de melhorias.

O PA 21 de Abril, sob o ponto de vista dos assentados, se encontrava em condições desafiadoras de produção, já que não dispunham do acesso a todos os Créditos de Instalação do INCRA, os quais a maioria do PA Emiliano Zapata já havia obtido. Esses créditos são direcionados para as famílias em diferentes etapas e montantes para começarem suas vidas. Entre eles está, por exemplo, o de Material de Construção, com o qual o governo entende que é possível começar a erguer as bases de construção de suas casas, o que na realidade se mostra muito complicado, já que esses assentados tiveram em torno de R\$ 5.000,00 para erguer suas moradias. No que se

refere aos assentados do 21 de Abril, parte ainda estava sob moradia de lona, sem acesso à água, ao saneamento básico, e a maioria trabalhava informalmente fora do assentamento, sendo essa a sua única forma de renda, pois não havia produção significativa vinda dos lotes. Apesar de parte dos moradores do PA Emiliano Zapata também buscar o aumento da renda familiar em trabalhos na cidade ou em fazendas próximas, as perspectivas de trabalho e produção nos lotes desse assentamento eram maiores do que no PA 21 de Abril.

No caso dos assentados do PA Emiliano Zapata, eles explicaram o sistema de produção dos lotes pela construção de Mandallas e revelavam grandes expectativas. Segundo Maria Eleusa Mota:

[...] É! O projeto Mandalla! Isso foi executado por um cara lá do Nordeste. Grande professor lá que estudou isso. E que ela [Mandalla] é muito viável, e tem toda uma mística, mas que está muito ligado com a prática, mesmo, da coisa orgânica, sabe?! Da produção orgânica, totalmente orgânica! [...] faz um poço central igual isso que você está vendo aqui e em volta faz-se os canteiros e aí vai colocar duas bombas dentro desse poço, que é pra irrigar e outra que é pra oxigenar a água. Porque dentro d'água vai ter peixe pra esterco [esterco] a água e vai colocar ganso ou pato também pra ajudar na oxigenação, e também pra adubar a água [...] vai plantar batata doce, que é pra tratar dos peixes [...] colocar uma luz no centro, em cima do poço, vai ser acesa durante a noite. Pra quê? Pra dois motivos: uma que é pra atrair os insetos, que não vai ficar lá nas verduras, nos legumes, nos canteiros, né?! Vai ser atraído pra luz, vai cair no poço, que vai servir de alimento pros peixes [...]. Então, assim, o projeto piloto: a Mandalla é nove canteiros, que aí eles representam os planetas, alguma coisa assim. Tem toda uma mitologia, porque redondo, é... [...] os insetos não sei se voam em linha reta, alguma coisa assim. Tem um canteiro aqui de alface, ele [inseto] vai em linha reta, e vai cair em outro canteiro, que não o deles, então ele não vai sobreviver. A mesma hora que sabe que é místico, mas tem toda uma consistência técnica mesmo assim, real. E se planta [...] tem todo o agrupamento certo de qual planta pode plantar perto da outra, porque umas são companheiras e outras são inimigas. Por isso que algumas pessoas vai plantar horta [a pessoa diz]: 'mas essa coisa não funciona, não dou conta de [...], minha salsinha não vai', porque ela está plantada perto de uma planta inimiga, e não duma companheira, né?! Então tem toda uma explicação, aí tem os cursos, vai ensinar [como utilizar o projeto Mandalla]. Aí tem as plantas pra você fazer os remédios, pra combater, né?! Porque é orgânico, então ela [Mandalla] é totalmente orgânica. E é muito bonita!²²

É notório o entusiasmo de Maria Eleusa pelo sistema Mandalla, sobretudo por indicar a possibilidade de produzir na terra mantendo os ideais e princípios em que já

²² Maria Eleusa Mota. Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2011.

acreditava ou que passou a compartilhar com o MST no aprendizado cotidiano das lutas. Principalmente pelos cursos e estudos promovidos pelo MST, que incitam à produção de alimentos sob o modelo de agricultura autossustentável, da agroecologia, cuidando da natureza, quiçá modificando a paisagem agrícola imposta pelo projeto do agronegócio da cana-de-açúcar, da soja e da pecuária.

Entretanto foi possível constatar no início do ano de 2011 que poucos lotes estavam com a construção da Mandalla avançada. Sobre a lentidão na efetivação do projeto, alguns trabalhadores contaram enfrentar alguns obstáculos, o que sugere os motivos de algumas famílias talvez não aderirem ao projeto. Na interpretação de Francisco Jubiano de Freitas,

[...] Essa Mandalla foi um projeto da prefeitura junto com a Caixa Econômica [...] eles entrou com sete mil [reais] que foi o material, que foi mangueira, cimento, poço [...]. No total eles fecharam sete mil e você entra com três [mil reais]. Então você entra com a semente, com o adubo, que tem que ser adubo orgânico, você entra com material pra você plantar. Eles [a prefeitura] dá estrutura, aí você entra com a mão de obra e o material pra você plantar, [...] a cama de frango é em torno de mil e duzentos [reais] o caminhão, eles querem trinta metros, é mais ou menos dois caminhão, é em torno de dois a dois mil e quatrocentos [reais] esses caminhão.²³

Não se pode deixar de observar o alto custo, para muitas famílias, da construção das Mandallas. Pelo que afirma Francisco J. de Freitas, os projetos governamentais de incentivo à produção no campo, como esse, exigiam contrapartidas do trabalhador, muitas vezes inviabilizadas por sua situação financeira. Isso levou vários deles a não se comprometer por receio de não conseguir honrar suas dívidas, considerando-se que se trata de parcela da sociedade cuja remuneração familiar está entre 1 e 1,5 salários mínimos.

Assim como Francisco, Maria Eleusa Mota, ao explicar o projeto, falou sobre como ele surgiu a partir do incentivo dado pelo governo do estado de Minas Gerais em parceria com a prefeitura municipal de Uberlândia, dentro do programa “Minas sem fome”.²⁴ Não obstante, os entrevistados Flaviana Dias e Juarez Moura dos Santos,

²³ Francisco Jubiano de Freitas, entrevista concedida à autora em 2011.

²⁴ De acordo com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater – MG) na sua página da internet: “O Programa Minas Sem Fome é executado pela Emater – MG, é um Projeto Estruturador do Governo de Minas Gerais, que tem o objetivo estratégico de buscar a segurança alimentar e nutricional, com redução da pobreza, resgate da cidadania e inclusão produtiva, conforme expresso no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI 2007–2023”. Disponível em: <www.emater.mg.gov.br>. Acesso em: 4 abr. 2011.

preferindo apontar outros aspectos, recuperaram questões do processo histórico que envolveram a possibilidade de os assentados integrarem o projeto das Mandallas. Sugeriram que o acesso a tal projeto não foi tanto incentivado por um programa da prefeitura de Uberlândia junto ao governo do estado de Minas Gerais, mas, sim, foi uma reivindicação de alguns assentados da região que tomaram conhecimento do projeto Mandalla, divulgado em programas midiáticos sobre o mundo rural, como, por exemplo, o programa Globo Rural da Rede Globo de Comunicações.

De acordo com alguns assentados, o acesso ao projeto Mandalla foi fomentado por um grupo de assentados, tendo sido uma trabalhadora do PA Zumbi dos Palmares, no município de Uberlândia, que, junto a outros assentados do PA Nova Tangará do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) do mesmo município e com o apoio de um agrônomo vinculado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Uberlândia propuseram para a prefeitura o planejamento e implementação de Mandallas, num total de 46, para os pequenos produtores rurais da região. Principalmente que as unidades atendessem os assentamentos da reforma agrária. Os entrevistados sinalizaram que tal proposta gerou divergências e emperramento devido a interesses políticos dentro da prefeitura de Uberlândia no que se refere ao apoio ou não aos Sem Terra na região.

Juarez Moura expõe uma questão importante para reflexão:

o Mandalla está lá que é hoje a estrutura que eu, a gente, usa pra produção do PAA [Programa de Aquisição de Alimentos]. Somos doze [pertencentes ao grupo do PAA] [...] Assim como eu te falei [...] que é um problema que eu vejo, clássico, que não há a preparação. Então, criaram primeiro um projeto, algumas pessoas correram o projeto, o pessoal lá do Tangará, o pessoal do Zumbi, o próprio [...] do Canudos, eu, que ficava enchendo o saco lá dos caras, que [eu] sabia que tinha o tal do projeto e tinha recurso pra isso. Um dia eu cheguei lá na salinha da Secretaria da Agropecuária, tem uma foto, eu vi uma foto do Mandalla, eu já tinha conhecido. Aí falaram: é um tal de [...] que é o técnico. Aí eu fui lá e falei: como é que funciona esse negócio do Mandalla? Ah! o Mandalla é assim, blá blá, a prefeitura está querendo fazer um projeto, aí, se interessar, você faz a sua inscrição lá que vai avaliar se foi escolhido ou não em 2009.²⁵

Aqui sugere que é escassa a divulgação de informações que poderiam facilitar a integração do homem do campo em programas governamentais e, conseqüentemente, a sua vida. Parece haver distanciamento e restrição entre o poder público e os trabalhadores. Segundo a assentada Flaviana Dias, a produção via sistema Mandalla se deveu à iniciativa de Juarez em conversar, em 2007, com o técnico agrícola da

²⁵ Juarez Moura dos Santos. Entrevista concedida à autora em 2012.

Secretaria de Agropecuária e Abastecimento de Uberlândia “[...] conversa [...] em 2007 executou, em 2008 fez o planejamento de famílias pra sair em 2010”.²⁶ Portanto, o desenrolar do projeto durou no mínimo três anos. Segundo Juarez:

[...] aí eu conversei com o [Técnico agrícola]. Consegui fazer tudo no mesmo dia. Eu fui lá, X., na época ela num era secretária, ela era uma articuladora dentro da Secretaria [de Agropecuária e Abastecimento] e a responsável pelos projetos, ela falou: não, se você me fizer uma relação agora eu te enquadro, porque as inscrições fecharam. Eu falei: beleza! [...] Esse projeto é o seguinte, e nem eu sabia, depois que fui descobrir da onde que o dinheiro [...], primeira coisa que é importantíssima: quase tudo, quem tocou o projeto foi que elaborou o projeto foi a Jeane do Zumbi [assentamento], o Ismael e o menino lá da [Nova] Tangará [assentamento do MLST], da cooperativa lá do cerrado, lá da Nova Tangará e depois entrou eu e o Claudinei mais no final, mas eles fizeram e o cara do Rotary Club, então na moral mesmo, a moral toda merece é o cara do Rotary Club, que o pessoal [os assentados] foi lá no Gilmar Machado, foi lá num sei aonde caçar recurso, Emenda Parlamentar, [e] esse cara do Rotary Club, como tem moral, consegui recurso com um cara que acho que é do PR, deputado lá de Belo Horizonte, conseguiu a Emenda que mandou aqui pra prefeitura 240 mil reais, que é uma Emenda Parlamentar pra fazer Mandalla. Pronto, 240 mil reais conseguiram fazer 46 Mandallas no município, que podia ser [para] assentamento ou pequeno produtor. Mas quem procurou mesmo, quem estava em cima eram os assentamentos. Então, das 46, 38 foi pra dentro do assentamento Nova Tangará, Zumbi, Zapata, Rio das Pedras, Douradinho e Canudos. E Florestan Fernandes, Eldorado e Flavia Nunes não conseguiram, porque não conseguiram informação, quando descobriu já era tarde, quando nós descobriu já estava [com as inscrições fechadas] [...]. A Jeane pensou um plantio muito lá pro grupo dela de horta [...] na verdade o Mandalla chegou através do franqueado, a Mandalla é uma franquía, a própria prefeitura, aí eles pegaram, custearam o [técnico], que é esse técnico pra fazer essa questão do curso lá no Pernambuco. Então ele fez o curso, nem foi lá, foi em Uberaba. Aí ele foi lá e fez. No que ele fez, ficou todo otimista e começou a passar essa informação pra cá. Aí uma vez saiu no Globo Rural, então o pessoal pegou as informações no Globo Rural, então o [técnico] passou essa informação e estimulou essa questão da divulgação do Mandalla e ao mesmo tempo em Uberlândia já tinha criado duas Mandallas de modelo, que é lá no Shopping Park [um bairro pobre de Uberlândia] [...] e uma instituição que a Coca-Cola financia, que é pra abrigo. Então criou essas duas Mandallas de exemplo, aí eles já foram ver, todo mundo achou lindo e maravilhoso.²⁷

A narrativa de Juarez torna acessível uma memória que evidencia a correlação de forças políticas e, do ponto de vista dos trabalhadores, como os gestores das

²⁶ Flaviana Dias, entrevista concedida à autora em 2012.

²⁷ Juarez M. dos Santos. Entrevista concedida à autora em 2012.

prefeituras e secretarias ligadas ao desenvolvimento do campo compreendem e tratam os assentados e mesmo os pequenos produtores rurais:

[...] mas qual o problema da história toda, a informação toda restrita. Eu, por exemplo, eu pesquiso um pouco lá no site e tal, mas beleza, eu num consigo passar daquilo. Esse Willy Pessoa [o criador do sistema de plantio Mandallas] ou qualquer outra pessoa, a gente num conseguiu ter acesso, entendeu? Então ficou só esse cara, esse [técnico], que é da prefeitura [e ele] começou passar raiva aqui na prefeitura, eles mandaram o cara lá pro Ceasa ficar quieto lá no cantinho lá. Ele é um agrônomo, ele é da Secretaria, mas está lá no cantinho, num pode falar um “a”, tem que ficar lá caladinho, ele falou demais, [para os representantes do poder público], estava meio junto com Sem Terra, estava querendo acampar, gostava da história do MST, aí, pronto, falou demais, aí a [representante da prefeitura] falou: pronto, vai lá pro cantinho, fica quietinho lá, e num fala mais nada, [...] antes que fica pior. [...] a prefeitura, ela conseguiu a Emenda Parlamentar, fez a execução, foi obrigada, mas claro, um deputado do PR, que é uma base de apoio, ele é de fora, porque eu acho assim: o mérito 50% foi dele [técnico], uns 20% esse cara do Rotary Club, que conseguiu o recurso, e os outros 30 é deles [dos assentados] pela articulação de cobrança.²⁸

Por meio de narrativas dos trabalhadores, como a de Juarez, vieram à tona questões sociopolíticas do processo de concretização do projeto Mandalla do programa da Secretaria de Agropecuária e Abastecimento de Uberlândia. Principalmente aquelas que apontam para a tentativa constante e histórica do poder público de Uberlândia, nas mãos do grupo empresarial e ruralista, de abafar e silenciar a presença de Sem Terra na região e a força que isso significa. Importante é que o projeto ficou conhecido de forma emblemática recuperada pela assentada Flaviana Dias, isto é, na região, ao se referir às Mandallas, “[...] costumam falar que a Jeane é a mãe e ele [o técnico agrícola] é o pai”.²⁹

Aqui é importante mencionar como Juarez, ao expor seus argumentos e explicação sobre o processo de inserção dos assentados no projeto de Mandallas da prefeitura, analisa as preocupações e a quais questões o assentado da reforma agrária precisa se ater:

[...] porque na verdade [alguns assentados] conseguiram uma informação do projeto [e] acabaram se juntando [no] meio da história. Num [é] porque houve uma articulação, não há essa articulação, em nenhum lugar, porque, como a gente fala, tem um monte de gente correndo atrás. Como em qualquer lugar, a gente tem uma turminha [de assentado] que fica assim, tem um sinalzinho de alguma coisa,

²⁸Idem.

²⁹Flaviana Dias, entrevista concedida à autora em 2012.

estamos lá puxando. Que é esse o problema da reforma agrária: são migalhas que os caras [poder público] vão soltando e a gente fica ali tentando colocar pro povo, mas muito pouca coisa e muito amarrado. Por exemplo, tem um projeto aí do governo do estado que é pra cercar as reservas, as áreas de APP [Área de Preservação Permanente], mas é uma dificuldade pro assentado pegar, ele tem que ficar adivinhando quando está saindo, quando [e] que jeito que está saindo pra pegar, [mas] os grandes [proprietários] não! [...].³⁰

O fato de que grupos menos privilegiados no sistema econômico e político no país precisam reinventar a todo o momento formas de pressionar e reivindicar direitos e benefícios de programas governamentais está posto não somente para os trabalhadores que lutam pela reforma agrária, pois tais questões perpassam a luta de inúmeros e diversos outros segmentos sociais, cada qual com suas especificidades. Entretanto, essa constatação não retira a legitimidade das questões narradas pelos entrevistados, quase que como desabafo, sobre as restrições, complicações, burocratização e pouca importância atribuída aos assentados da reforma agrária, ou qualquer outra condição a que os pobres produtores do campo são submetidos no Brasil. Portanto, se torna importante ouvir o que os trabalhadores do campo, como os assentados entrevistados, pensam, sentem e dizem sobre os programas governamentais, isto é, a interpretação deles: são “migalhas que os caras vão soltando”.

No ano 2010 realizei entrevista com o João Pedro (pseudônimo), assentado do PA 21 de Abril. Ele se encontrava em profundo desencanto com os rumos do assentamento e das condições de vida e de trabalho, sem acesso aos créditos rurais mencionados anteriormente, e da seguinte forma se expressou:

Eu não me sinto produtor rural, nem pequeno, nem micro, nem menor que você puder falar, eu me sinto um favelado, que quando o cidadão perde a dignidade de viver assim com dignidade ele se sente um favelado, fora que às vezes os favelados tem mais privilegiado que nós, porque se a pessoa falar favela rural e nós estamos na favela rural não, eu gostaria que fosse uma favela rural, que na favela tem energia, tem água na favela, tem hidrômetro de água, tem um padrão de energia, a pessoa está informada do mundo que está acontecendo lá fora, num é verdade? E bebe água potável, nós, água de mina com gosto de ferrugem, outros carrega de longe que quiser ouvir você falar de alguma pessoa assim ou você for indicar pra alguém e a pessoa duvidar aí você traz aqui que nós vamos mostrar pessoas que andam longe pra buscar 20 litros de água na cabeça como aquela região lá do nordeste. A gente sabe que num é grande parte, mas nós temos um número de pessoas que num tem água de forma nenhuma, nem potável e nem ser potável, pra se beber. Então se o cara num tem energia, não tem água, num tem uma residência pra morar, como que vai ficar

³⁰Juarez M. dos Santos, entrevista concedida à autora em 2012.

produtor? Ele é um favelado, então eu nunca me senti um pequeno produtor.³¹

Pautado pela realidade em que vivia, João Pedro selecionou para registro condições e situações precárias vividas por ele e seus pares. A sua compreensão sobre o processo de assentamento do PA 21 de Abril aponta para questões políticas e práticas em torno da reforma agrária, da questão agrária do país, já que afirma o desinteresse governamental pelo seu assentamento e coloca de forma incisiva a pouca perspectiva para o assentado na fase inicial de sua instalação na terra. Na comparação que faz com os moradores de bairros empobrecidos das cidades, chama e direciona a atenção para a reflexão sobre a precariedade do saneamento e infraestrutura básicos não somente no campo, mas levanta problemáticas tanto da moradia urbana como da rural. No caso, ele nos dá a oportunidade para se indagar e se delinear como os decretos de desapropriação ou de aquisição de terras no país para fins de reforma agrária ainda estão longe de significar de fato melhorias gerais na condição de vida de diferentes trabalhadores e regiões.

Apesar de serem atribuídas ao INCRA responsabilidades técnicas e econômicas de viabilizar créditos para a implantação e conclusão dos assentamentos no país, e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário as de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com linhas de créditos rurais para produtores familiares, o que importa é como tais programas chegam até os assentados diante das diferenças socioeconômicas e políticas regionais. Com relação aos dois assentamentos investigados, era enorme a disparidade de acesso a tais créditos. Alguns assentados do PA Emiliano Zapata, já na conclusão da pesquisa em 2012, começavam a acessar o PRONAF, pois já tinham acessado todas as etapas do crédito Instalação do INCRA, enquanto os do PA 21 de Abril, no mesmo período, ainda estavam na fase de crédito inicial de fomento do INCRA, que, diante tantas restrições de recursos financeiros de seus assentados, não era suficiente para saírem da precariedade apontada pelo João Pedro.

Isso nos leva à reflexão de que o lento processo que se configura na contemporaneidade no Brasil em torno da questão agrária é a parca distribuição de terra sem segurança e garantias de que o camponês terá condições de permanecer nela e obter o sustento da família a partir do seu trabalho. Portanto, muito distante do projeto de

³¹ João Pedro (pseudônimo), entrevista concedida à autora em 2010.

reforma agrária que gera a desconcentração da posse da terra e da riqueza e que há décadas é o projeto defendido pelos movimentos sociais.

O estudo minucioso de questões que envolveram subjetividades e práticas coletivas de homens e mulheres de faixa etária diferente, de origens diversas, que experimentaram cotidianamente e por longos anos situações e emoções plurais, que se aproximaram ou se distanciaram, porém com o objetivo em comum de viver no campo, de retornar para o meio em que nasceram e viveram a vida toda e que de repente foram forçados a deixar para trás para a busca de trabalho, estudo e qualificação profissional, trouxe possibilidades de interpretações e de se pensar em outras histórias que muitas vezes são relegadas pela sociedade de forma intencional ou não. Haja vista os interesses políticos e econômicos que disputam o comando, o controle do país diante de forças opostas que lutam por outra sociedade e outro modo de se produzir alimentos, saúde, educação, cultura, direitos, cidadania, histórias e memórias.

Sobretudo, os resultados dessa pesquisa apontam para a necessidade de se despir de preconceitos sociais e chavões em torno da reforma agrária como sendo uma questão ultrapassada. Muitas forças políticas e econômicas estão envolvidas na questão e o que se pode indicar é que historicamente, no Brasil, a reforma agrária não é e não foi prioridade. Os trabalhadores entrevistados, representativos de tantos outros, revelam significados e sentidos das lutas sociais na contemporaneidade sob uma perspectiva diferente daqueles que homogeneízam situações e condições no campo, ou mesmo daqueles que ignoram saberes e valores tradicionais do homem do campo. Esse que pode se preocupar menos com a modernização capitalista do campo e mais com a produção autossustentável da terra. Assim, espera-se que tais interpretações históricas da luta desses assentados da reforma agrária possam somar-se ao debate sobre as suas condições de vida e de trabalho, na busca pelo respeito e o direito de eles expressarem seus próprios pensamentos sobre o que seja justiça social e distribuição de renda e riqueza.

Referências:

Narrativas orais analisadas nesse artigo:

Aguinaldo da Silva Batista, 50 anos de idade, casado, natural de Córrego Danta (Minas Gerais, Alto São Francisco), pai de dois filhos (um homem e uma mulher). Concedeu entrevista à autora em 23/12/2011 na cidade de Uberaba.

João Moura dos Santos, natural de Itaberaba (Bahia), nascido em 1948, casado, pai de três filhos (dois homens e uma mulher). Entrevista concedida à autora em 30/03/2005 no PA Emiliano Zapata.

João Pedro (pseudônimo), 38 anos na data da entrevista. É natural de Itumbiara (Goias), casado, pai de dois filhos (um adolescente e uma criança). Entrevista concedida à autora em 05/11/2010 no PA 21 de Abril.

Juarez Moura dos Santos, 31 anos de idade na época da entrevista (2012), natural de Santo André (São Paulo), casado, pai de duas filhas (crianças), assentado no PA Emiliano Zapata. Entrevista realizada na casa da autora em 13/02/2012.

Maria Eleusa da Mota, 38 anos de idade na época da entrevista (2011), separada, natural de Lagoa Formosa (Minas Gerais, Alto Paranaíba), mãe de uma filha (adolescente). Em 20/09/2001, entrevista realizada na casa da depoente. Em 04/02/2011, Maria Eleusa concedeu entrevista à autora no PA Emiliano Zapata.

Bibliografia:

ARANTES, Antônio Augusto. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

BRASIL. Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992. Dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 27 jan. 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0433.htm>. Acesso em: 15 janeiro de 2012.

CALDART, Roseli Salette. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FENELON, Dea Ribeiro. O Historiador a cultura popular: História de classe ou História do Povo? *História e Perspectivas*, Uberlândia, Editora da Universidade Federal de Uberlândia, janeiro-junho, 2009.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte/Brasília: Editora Universidade Federal de Minas Gerais/ Representação da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura no Brasil, 2003.

HOGGART, Richard. *Utilizações da cultura*. Lisboa, Editorial Presença, 1973. 2 volumes.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; et al. (Orgs.). *Muitas Memórias, Outras Histórias*. São Paulo: Olho d'Água, 2005. P. 116-138.

_____. Narrativas Orais na Investigação da História Social. *Revista Projeto História* – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p. 79-103, 22 junho, 2001

MOTA, Maria Eleusa da. *A prática educativa no MST e a consciência de classe: desistências e persistências da militância*. 2010. Monografia (Licenciatura em Educação do Campo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MST. O estímulo à cooperação agrícola como forma de desenvolvimento social das forças produtivas. *Construindo o Caminho*. São Paulo, 2001.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, volume 1, p. 59-72, 1996.

_____. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. *Revista Projeto História*, São Paulo, Editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, número 14, fevereiro, p. 7-24, 1997a.

_____. História Oral como gênero. *Revista Projeto História*, São Paulo, Editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, número 22, p. 09-36, junho, 2001.

_____. O que faz a História oral diferente. *Revista Projeto História*, São Paulo, Editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, número 14, p. 25-39, fevereiro, 1997b.

_____. Tentando Aprender Um Pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Revista Projeto História*, São Paulo, Editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, número 12, abril, p. 13-49, 1997c.

SARLO, Beatriz. *Paisagens Imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. Tradução: Rubia Prates Goldoni e Sérgio Molina. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo / Belo Horizonte: Companhia das Letras / Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

_____. *Costumes Em Comum: Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

_____. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Data de recebimento: 02/06/2014

Data de aceite: 17/11/2014